USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Veículo: Valor
Data: 04/09/2011
Caderno / Página: Educação / 10 a 13
Assunto: A divisão dos mestres

EDUCAÇÃO

Exigência de qualificação de mão de obra impulsiona matrículas no mestrado profissionalizante, que ainda enfrenta resistências no Brasil. Por Carla Rodrigues, para o Valor, do Rio

A divisão dos mestres

Nem sempre os dicionários registram todas as possibilidades de significado de uma palavra. As conotações pejorativas, por exemplo, podem demorar a ser dicionarizadas. Não é o que acontece com "acadêmico", termo para o qual o "Houaiss" já registra o sentido pejorativo: "Que não produz resultado prático imediato". Fruto das críticas ao meio universitário como um ambiente fechado em si mesmo e distante dos interesses da sociedade, o uso depreciativo de "acadêmico" tem se expandido, até mesmo, nos meios acadêmicos, tendência que pode ser lida tanto como positiva e indicadora de alta capacidade de autocrítica, quanto como negativa e resultado da máxima de reprovação do termo. Apesar disso, na última década o Brasil viu explodir o crescimento das matrículas em mestrados acadêmicos, que pularam de 17,6 mil em 2000 para mais do que o dobro em 2009, com 35,6 mil títulos obtidos.

Em ritmo ainda maior cresceram também as matrículas nos mestrados profissionalizantes. Regulamentados no fim dos anos 1990, esses cursos começaram a ser oferecidos a partir de 2000 para responder a uma demanda do mercado e, como contraponto ao acadêmico, produzir resultados práticos imediatos.

As áreas nas quais o mestrado profissionalizante mais se destacou desde que começou a ser consolidado, nos últimos dez anos, são administração, engenharia, economia, odontologia, ciências e matemática e saúde coletiva. Ao todo, as matrículas subiram de acanhadas 210 em 2000 — número que se explica pelo fato de ser o primeiro ano de efetivação — para 3.102 em 2009. "É um crescimento muito significativo", atesta o diretor de avaliação da Capes, Lívio Amaral. A modalidade de mestrado profissional tem, segundo ele, a intenção de formar recursos humanos que sejam destinados rapidamente a qualificar mão de obra nos setores não acadêmicos, como indústria, serviços e governo. "Estamos transformando o mestrado profissional em política de governo a fim de atender uma necessidade da sociedade", diz Amaral. A iniciativa tem sido bem recebida nas universidades, embora em ritmo ainda abaixo das expectativas, o que indica algumas resistências. O mestrado profissionalizante, explica ele, se presta melhor a determinadas áreas do que a outras.

> Um dos maiores obstáculos na instituição dos novos cursos tem sido a adaptação do sistema universitário, diz diretor da Capes

"Em determinadas carreiras profissionais, os mestrados, mesmo os acadêmicos, já nascem com a tendência de formar quadros para o mercado", avalia, por sua vez, o vice-reitor acadêmico da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), José Ricardo Bergmann. Ele cita como exemplo a própria área de formação, engenharia, na qual apenas 25% dos mestres partem para o doutorado, indicador

EDISON VARA/PRESSPHOTO/PETROBRAS

Profissional em plataforma da Petrobras: vice-reitor acadêmico da PUC-Rio ressalta a necessidade de aproveitamento da experiência dos alunos no mercado de trabalho

de que a maioria dos profissionais titulados como mestres estão no mercado de trabalho.

Há muitas carreiras nas quais o mestrado já funciona como profissionalizante, mas outras dificilmente serão adequadas a essa modalidade de curso. Amaral dá como exemplo a diferença entre oferecer um mestrado profissionalizante a um dentista ou a um astrofísico. "Algumas áreas de conhecimento são mais próprias ao mestrado profissionalizante. Não por intenção, mas pela natureza do objetivo de trabalho", argumenta. Para o diretor da Capes, um dos maiores obstáculos na instituição dos novos cursos tem sido a adaptação do sistema universitário existente.

Ele se refere ao fato de que, como a estrutura universitária do país passou os últimos 40 anos voltada para atividades exclusivamente acadêmicas — o que explica, pelo menos em parte, o significado pejorativo que o termo acadêmico adquiriu —, tem sido preciso adaptar critérios de avaliação, mudar processos de trabalho e vencer resistências. Por isso, Amaral vê mais perspectivas de crescimento do mestrado profissionalizante em áreas nas quais o mercado de trabalho já reconhece a titulação e a sua necessidade.

"As universidades precisam aprender o que o público espera dos mestrados profissionalizantes", afirma o vice-reitor Bergmann. Ele ressalta a necessidade, por exemplo, de aproveitamento da experiência dos alunos no mercado de trabalho, e parâmetros de dissertação que se adaptem ao tipo de curso. Cita como exemplos cursos nos Estados Unidos nos quais o principal critério de seleção é a experiência profissional. "Nós ainda não aprendemos a fazer isso."

Uma das dificuldades no aprendizado, por parte das universidades, tem a ver com os critérios de avaliação da Capes. Cada programa de pós-graduação recebe uma nota por seu desempenho, na qual entram quesitos como número de professores com doutorado, participação desses professores em congressos e suas publicações em revistas acadêmicas. Em muitos casos, um mestrado profissionalizante precisa recorrer a professores cuja grande contribuição é sua experiência no mercado de trabalho. O que poderia rebaixar a nota do programa. "Estamos ajustando a avaliação", informa Amaral, admitindo que essa é uma das contribuições da Capes no processo.

O crescimento dos mestrados profissionalizantes poderia, também, frear a expansão de cursos de especialização — os chamados MBA —, nos quais nem sempre se trabalha com rigorosos critérios acadêmicos, no bom sentido do termo. É corrente a percepção de que esses cursos se transformaram em especializações superficiais, nas quais o aluno não é estimulado a desenvolver as próprias reflexões, mas apenas a repetir aquilo que as empresas esperam. Um bom mestrado profissionalizante teria o compromisso com o despertar do senso crítico, com trabalhos de fim de curso desenvolvidos em profundidade e, principalmente, com a inovação. "O papel da universidade é inovar", ressalta Bergmann.

Uma das áreas de crescimento que merecem destaque é a da saúde coletiva. "A articulação das universidades com as secretarias municipais e estaduais, além do próprio Ministério da Saúde, abre um universo de possibilidades para a qualificação de técnicos de nível superior que não queiram se tornar docentes ou pesquisadores de carreira, mas aprender o ofício de uma pesquisa aplicada", diz a diretora de pós-graduação

do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Elaine Brandão. Ela destaca, entre as qualidades do mestrado profissionalizante na área, o compromisso de inserção social, de aplicação do conhecimento gerado, com resultados que podem contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

No caso da saúde coletiva, tem servido para qualificar os chamados operadores da saúde, profissionais que trabalham na gestão do sistema, seja no ministério, seja nas secretarias estaduais e municipais. A mesma lógica o diretor da Capes gostaria de ver aplicada ao campo do direito. Embora ainda não haja nenhum mestrado profissionalizante na área, Amaral espera que esses cursos comecem a ser realizados logo, para melhor qualificação de juízes, promotores, defensores e funcionários do sistema judiciário de uma forma geral. Na PUC-Rio, Bergmann concorda que é grande o potencial dos mestrados profissionalizantes, embora as estatísticas da Capes ainda não registrem nenhum aluno matriculado na área.

Laboratório da USP de Ribeirão Preto: "Falta muito para que as engenharias, tecnologias e ciências aplicadas formem mestrados profissionalizantes", diz Janine Ribeiro

SILVA JUNIOR/FOLHAPRESS

Um rumo que deve ser revisto

Renato Janine Ribeiro
Para o Valor, de São Paulo

O mestrado profissional é uma bonança para as empresas, organizações do terceiro setor e instituições públicas. É um dos melhores cursos para capacitar os futuros dirigentes da economia, do Estado e da sociedade. Mas preciso explicar concisamente seu lugar na pós-graduação stricto sensu, que se distingue porque é avaliada e tem selo de qualidade conferido pela Capes, enquanto a pós-graduação lato sensu, maior em cursos e alunos, não passa por crivo análogo. Por isso se afirma que a pós-graduação stricto sensu, composta de mestrado e doutorado, é o único nível de ensino em que o Brasil pode se orgulhar de enfrentar a comparação internacional.

O mestrado se diferencia, desde 1998, em acadêmico e profissional. O mestrado acadêmico, que titulou 35 mil alunos em 2009, visa a formar um pesquisador que geralmente trabalhará no ensino superior ou num centro de pesquisa. Na verdade, espera-se que o mestre acadêmico prossiga até o doutorado, que completaria sua formação de pesquisador. Enquanto não chegar lá, ele está incompleto.

Assim, lembrando que um doutoramento demora de quatro a cinco anos, em tese o número de mestres formados no ano X deveria igualar-se ao de doutores titulados em X+5 (por exemplo, os mestres acadêmicos de 2000 deveriam estar se doutorando em 2005). Mas não é assim. Possivelmente se doutora apenas entre um terço e metade dos mestres acadêmicos. Já o mestrado profissional é um produto terminal, concluído. O mestre profissional, como o acadêmico, faz pesquisa durante os estudos — mas, ao contrário do acadêmico, pode parar aí. Sua meta é conhecer a importância da pesquisa na sua profissão, aprender onde encontrar a pesquisa futura e a aplicá-la em seu ofício: localizar a ciência e a tecnologia novas e convertê-las em inovação. Os dois mestrados têm metas distintas. O problema é que, se metade dos mestres acadêmicos não completa o doutorado, também para esses o mestrado acadêmico é um produto profissional.

Alguns pesquisadores sustentam que todo mestrado deveria ser profissional, ao menos em certas áreas. José Ricardo Bergmann, vice-reitor acadêmico da PUC-Rio, defendia isso para as engenharias. Aliás, o mestrado profissional (MP) não precisa ser inferior ao acadêmico (MA). Muitos MAs se limitam à revisão da literatura ou a um resumo de textos. Já o MP deve exigir não apenas o domínio da literatura científica, mas sua aplicação a um problema específico que assim seja resolvido. É verdade que a Capes, desde a gestão Abílio Baeta Neves, tenta aumentar o MP, mas com resultados ainda insuficientes. Como diretor de avaliação da Capes (2004-8), empenhei-me nisso, começando pelo seminário Para além da Academia: a Pós-Graduação a Serviço da Sociedade e concluindo com o grupo de trabalho da professora Dora Dessen, cujas contribuições foram aproveitadas numa portaria ministerial de 2009 que estimula o MP — embora, a meu ver, com exageros.

Mas o fato é que o MP cresce bem menos do que é desejado e necessário. Em 2004 se titularam 1.903 mestres profissionais e, em 2009, 3.102: expansão significativa em termos absolutos, pequena em termos proporcionais. Falta muito para que, em sua maioria, as engenharias, tecnologias e ciências aplicadas formem MPs — podendo, depois, os que tiverem vocação de pesquisa prosseguir para um bem-vindo doutorado.

Por que essa dificuldade de avançar num rumo que a agência de avaliação e fomento da pós-graduação, a Capes, tanto deseja? Há um óbice fundamental, que nenhuma pressão da diretoria da agência ou do MEC vai resolver. O incentivo ao MP não deu os frutos almejados. De 2004 a 2009, embora aumentasse o número absoluto dos MPs, em termos proporcionais o MP passou de 7,1 a 7,9% do total de mestrados defendidos, e isso apesar de todo o empenho da presidência da Capes e sua diretoria de avaliação e, mais recentemente, de uma portaria do ministro da Educação. Por quê?

Primeiro, para se aprovar um curso de doutorado, pesa mais se ele for o desdobramento de um curso de mestrado acadêmico (e não profissional). Ora, ter um curso de doutorado permite que um centro universitário se torne universidade, o que

USP ESALQ/DIVULGAÇÃO

Alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz em pesquisa de campo: alguns pesquisadores sustentam que todo mestrado deveria ser profissional, ao menos em certas áreas

lhe confere várias prerrogativas, inclusive a de criar cursos de graduação sem prévia permissão ministerial. Pelo menos um bom MP de administração foi assim convertido em acadêmico, para depois se aprovar o respectivo doutorado e o centro universitário virar universidade.

O segundo problema é que, se nada impede um programa de pós-graduação de ter um curso de MP e um de MA, isso duplica o trabalho burocrático na gestão dos dois — que terão alguns professores, disciplinas e produção em comum e outros, separados. Haja fichas a preencher, políticas diferentes e mesmo opostas a conduzir...

O que fazer? Avaliando as políticas que ajudei a desenvolver, entendo que houve não digo um erro, porque aprendemos com ele, mas um rumo que deve ser revisto. O equívoco é fazer de MP e MA dois cursos diferentes, quando deveriam ser dois títulos. Em vez de dois processos, dois produtos. Basta um único curso de mestrado, que formará quer mestres acadêmicos, quer profissionais. Num curso de engenharia ou administração, se tenderá a formar mais MPs; em filosofia, mais MAs. Mas isso não precisa estar engessado na estrutura do curso, nem mesmo na seleção dos alunos. A formação será mais rica se o aluno puder, ao longo da pesquisa, perceber qual trabalho será mais adequado a ele.

Obviamente, cada área fixará suas prioridades. Na minha área, a filosofia, que é muito teórica, MPs podem ser traduções comentadas de clássicos ou a redação bem fundamentada de códigos de ética para empresas ou organizações. Isso pode ser mais difícil do que estudar uma passagem de Aristóteles, porque o autor de um código de ética precisará ter passado pelo grande filósofo grego... Por isso mesmo, o MP não pode ser uma solução barata para a obtenção do título de mestre. Daí, detalhe importante, que não se justifique a pressão do governo para concluir o MP em dois anos: seu aluno tem menos tempo livre, pois geralmente já está no mercado de trabalho, ao passo que muitos dos mestrandos acadêmicos estudam em tempo integral, com bolsa.

O equívoco é fazer do mestrado profissionalizante e do acadêmico dois cursos diferentes, quando deveriam ser dois títulos

Isso simplificaria o sistema, tornando-o também mais eficiente na formação de recursos humanos qualificados. A burocracia cairia. Hoje, certos cursos de MP nem sequer são ministrados todos os anos, por falta de alunos. Isso acabaria. Também poderia acabar o preconceito contra o MP. A definição do tipo de mestrado a defender estaria ligada ao desempenho do aluno, em vez de preceder sua seleção. A educação pós-graduada faria mais jus a seu nome, porque educação quer dizer possibilidade de crescimento, de mudança, de alteração de rumos. Sobretudo, conseguiríamos fazer que um grande número de profissionais, que, a despeito da expansão das universidades, não terão emprego em todas elas, ajudem o Brasil melhorando a qualidade do setor produtivo, da administração pública e do terceiro setor. E isso pode ser obtido simplificando-se, e não se complicando, o sistema.

Renato Janine Ribeiro é professor titular de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo ■